

www.LeisMunicipais.com.br

DECRETO Nº 2371, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997.

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CARLOS PIFFER, Prefeito Municipal de Amparo, usando de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2.314, de 22 de setembro de 1997, DECRETA:

Art. 1º O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS terá como receitas:

- I recursos provenientes de transferência, repasse ou remessa dos Fundos de Assistência Social nacional e estadual;
- II dotações orçamentárias e recursos suplementares, adicionais ou especiais estabelecidos em lei no transcorrer de cada exercício;
- III dotações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências, repasses ou remessas de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, governamentais ou não;
 - IV receitas de aplicações financeiras de recursos do FMAS realizadas na forma da lei;
- V produto, ou parcelas dele, de arrecadação de outras receitas próprias ou oriundas de financiamentos de atividades econômicas, de prestação de serviços ou de outras transferências, repasses ou remessas a receber por força de lei, convênio, contrato, parceria, participação ou outro meio apto;
 - VI produto de convênios ou instrumentos outros celebrados com outras entidades financiadoras;
 - VII doações em espécie feitas diretamente ao FMAS;
 - VIII outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.
- § 1º O FMAS será gerido pelo Diretor do Departamento de Assistência Social municipal, sob orientação, controle, acompanhamento e fiscalização do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CMAS.
 - § 2º A proposta orçamentária do FMAS observará o Plano Municipal de Assistência Social.
- § 3º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em estabelecimento bancário oficial, preferentemente na agência local do Banco do Brasil S.A., em conta especial sob a denominação de "Fundo Municipal de Assistência Social FMAS.
- § 4º A dotação orçamentária prevista para a assistência social, será automaticamente transferida para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

Art. 22 Os recursos do FMAS serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos, serviços e ações desenvolvidas e executados

pelo Departamento de Assistência Social municipal e por outros organismos públicos ou entidades

privadas na área da assistência social no âmbito municipal;

II - pagamento pela prestação de serviços a organismos públicos ou entidades privadas, em

decorrência de convênios, contratos, parcerias, participações ou outros meios aptos, na execução de

programas e projetos de assistência social a nível municipal;

III - aquisição de material permanente e de consumo ou de outros insumos necessários ao

desenvolvimento e execução de projetos e programas de assistência social a nível municipal;

IV - aquisição, construção, ampliação, reforma ou locação de imóveis para prestação de serviços de

assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento, orientação, projeção,

programação, administração, gestão, fiscalização, avaliação e controle de serviços e ações na área de

assistência social a nível municipal;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área

da assistência social;

VII - pagamento de benefícios eventuais.

Art. 3º Os repasses, transferências ou remessas de recursos para organismos ou entidades de assistência

social locais, provindos ou provenientes dos Fundos de Assistência Social nacional e estadual, serão

efetivados por intermédio do FMAS e conforme critérios propostos pelo CMAS.

Art. 4º As contas e os relatórios do FMAS serio por seu gestor apresentados e submetidos à apreciação

do CMAS, mensalmente de forma sintética e anualmente de forma analítica.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO, aos 18 de dezembro de 1997.

CARLOS PIFFER

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 02/01/2012